

PARECER JURÍDICO

Número: 054/2019/ L.C. FMS.

Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão – GO.

Protocolo n.º 2019030191

Assunto: Aquisição de equipamentos médico-hospitalares, aparelhos eletroeletrônicos e mobiliário administrativo, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Catalão, conforme estipulado no Termo de Referência.

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO. ANÁLISE. DIREITO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL N° 106/19. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, APARELHOS ELETROELETRÔNICOS E MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATALÃO - GO. PROCESSO N°2019030191. MINUTA DO EDITAL E CONTRATO. APROVAÇÃO. FUNDAMENTO: ART. 40 E 55 DA LEI N° 8.666/93 E ART. 3° E 4° DA LEI N° 10.520/02.

I. PRELIMINAR DE OPINIÃO:

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal n.º 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB.

Para confecção desse instrumento, necessário notar-se a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, parágrafo 3º da citada Lei Federal n.º 8.906/94), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, Gestor, já que este poderá ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade.



O Gestor Público é livre para conduzir a Administração Pública, subordinando-se, contudo, às vertentes das normas de regência, em especial, os Princípios Constitucionais do Direito Administrativo.

Classifica-se a presente peça como opinião técnica quanto à regularidade legal do procedimento, desvinculadas das finalidades que os justificam e tendo por base o próprio procedimento.

Nesse momento, convém ressaltar que o termo de referência, eis que, a justificativa, avaliação do custo e discriminação do objeto, especificações técnicas dos itens que compõem o objeto, quantitativos, prazo e condições de entrega, obrigações da contratante e da contratada, orçamentos, declaração de despesa orçamentária, são de responsabilidade do elaborador, visto que essa Assessoria Jurídica não possui conhecimentos para adentrar em aspectos eminentemente atinentes à área técnica.

Conforme dito, excluindo-se os elementos técnicos e econômicos que embasaram o procedimento, a análise será sobre os elementos ou requisitos jurídicos da Minuta do Edital.

II. RELATÓRIO:

Trata-se de procedimento administrativo identificado pelo n.º 2019030191, pelo qual a Secretaria Municipal de Saúde de Catalão – GO, por intermédio do seu Diretor Técnico, Dr. Roberto Antônio Marot, informa ao Secretário Municipal de Saúde a necessidade de adquirir equipamentos médico-hospitalares, aparelhos eletroeletrônicos e mobiliário administrativo, para as novas instalações do Hospital Materno Infantil, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - GO.

Apresenta-se nos autos, o Termo de Referência para aquisição de bens



comuns – equipamentos médico-hospitalares, aparelhos eletroeletrônicos e mobiliário administrativo, elaborado por Carlos Estevão Galvão, e aprovado pelo Diretor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde Dr. Roberto Antônio Marot e o Secretário Municipal de Saúde – Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Velomar Gonçalves Rios.

O citado Termo de Referência, define o Objeto, avaliação de custo, discriminação do objeto e cotas, a Especificação Técnica dos Itens, Critério de julgamento das propostas, da Forma de Adjudicação, Justificativa da Contratação, dos Dispositivos Legais, Habilitação técnica das licitantes (Qualificação técnica), Prazo e Condições de Entrega e Critérios de Aceitação do Objeto, Prazo de Duração e Vigência, as Obrigações da Contratante – Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go e Obrigações da Contratada – Licitante Vencedora, sobre o Pagamento, Controle e Fiscalização da Execução, das Sanções Administrativas, Fraude e Corrupção e das Medidas Acauteladoras.

A aferição dos valores foi realizada a partir do levantamento de preços realizado por consulta ao Painel de Preços e Banco de Preços em Saúde do Governo Federal e aos seguintes fornecedores e internet: Mix Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 02.921.711/0001-24; Bem Servir Distribuidora de Medicamentos Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 14.238.028/0001-76; Corumbá Hospitalar Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 18.442.927/0001-47, Cirúrgica Passos (cirurgicapassos.com.br); MetalClin Hospitalar (www.camahospitalar.ind.br).

Consta Certidão de Confecção de Mapa de Apuração de Preços, assinado pela Diretora de Compras e Suprimentos Sra. Michele Aparecida Aires.

Anota-se que, o Departamento de Contabilidade emitiu certidão de dotação orçamentária.

Encontram-se nos autos, as solicitações de materiais extraídos do Sistema Prodata.



Juntou-se despacho, formulado pelo Secretário Municipal de Saúde, Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Velomar Gonçalves Rios, no qual autoriza a iniciar o Processo Licitatório.

Após, a Comissão de Licitação, autuou o Procedimento Administrativo n.º 2019030191, na modalidade Pregão Presencial, sob o n.º 106/2019, anexando o decreto n.º 1.518 de 13 de junho de 2019 que dispõe sobre a nomeação de Presidente da Comissão de Licitação, Membros da Equipe de Apoio e Pregoeira (o), atendendo o inciso VII da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

Ainda, acostou aos autos, a Minuta do Edital contendo IX anexos, referente ao Pregão Presencial registrado sob o número 106/2019, do tipo menor preço por item, respeitando os incisos VIII e IX da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, tendo sido volvidos os autos a esta Assessoria Jurídica para, em conformidade com o que dispõe o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, manifestar sobre a legalidade do referido instrumento na ótica dos artigos 40 e 55 do mesmo diploma para continuidade do certame e cumprimento de seus objetivos, e acolhendo o inciso X da Instrução Normativa n.º 010/2015 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

É o breve relato, passo ao parecer.

III. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

O Processo Licitatório inicia-se com o pedido formal da contratação, documento no qual serão determinados o objeto, a estimativa do seu valor e os recursos para atender à despesa com a consequente autorização e à qual serão juntados oportunamente todos os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.

O Termo de Referência é o documento que deverá conter elementos



capazes de propiciar a avaliação de custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição de métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro (se for o caso), critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

É necessário um acurado planejamento que permita aos órgãos públicos:

- a) Identificarem suas principais necessidades, englobando objetos de mesma natureza que possam ser licitados conjuntamente;
- b) Definirem adequadamente os quantitativos que serão necessários para atender a demanda, primando-se pela economia de escala e evitando-se tanto o excesso quanto a falta;
- c) Constatarem o cabimento do Sistema de Registro de Preços, em face do objeto, da periodicidade da contratação e das condições de fornecimento e/ou execução;
- d) Delimitarem adequadamente o objeto, definindo as características mínimas, que atendam à necessidade, sem restringir indevidamente a competitividade;
- e) Realizarem ampla pesquisa de mercado para estimar o preço da contratação, a fim de constatar a existência de recursos orçamentários, bem como para que a Comissão de Licitação tenha parâmetros para desclassificar propostas excessivas ou inexequíveis.

Inicialmente passa-se a análise, discorrendo-se sobre a modalidade eleita: Pregão Presencial.

O Pregão é disciplinado pela Lei nº 10.520/2002 destinando-se à aquisição de bens e serviços comuns.

Como é sabido, consideram-se bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser de maneira concisa e objetiva definidos no edital, ou seja: para serem considerados comuns os bens devem estar em conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.



No caso, pretende-se pelo pregão licitar a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, aparelhos eletroeletrônicos e mobiliário administrativo.

Por ser de natureza comum, os bens pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002, julga-se adequada a opção da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde de Catalão – Go, a contratação mediante pregão.

Na concepção de Marçal Justen Filho, “[...] bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio” (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30)

A Minuta do Edital contém: indicação da legislação aplicada, preâmbulo, das instruções normativas e definições, do valor máximo total estimado da aquisição, do prazo para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o instrumento convocatório; da dotação orçamentária que custeará as despesas, das condições de participação no certame, da forma de apresentação dos envelopes “Proposta de Preços” (n.º 01) e dos “Documentos de Habilitação” (n.º 02), do credenciamento, da proposta de preços (envelope n.º 01), dos documentos de habilitação (envelope n.º 02), da abertura dos envelopes de proposta de preços e do julgamento e classificação das propostas, da abertura dos envelopes de habilitação e conclusão, da contratação e execução, das sanções administrativas, dos recursos administrativos, das disposições gerais.

O Edital traz, ainda, na forma do art. 40, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93, Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Modelo de Proposta, Anexo III – Minuta do Contrato, Anexo IV – Modelo de Procuração, Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos da Habilitação;

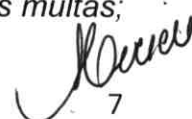


6

Anexo VI – Modelo de Declaração de que não emprega Menores de Idade, Anexo VII - Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, Anexo VIII – Modelo de Declaração referente ao artigo 9º, III, da Lei n.º 8.666/1993 e Anexo IX – Modelo de minuta de portaria e suplente contratual.

Acertadamente, o Edital aponta e determina o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras, em atenção à Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

No que se refere à minuta de contrato, Anexo III, deve-se atender aos requisitos dos arts. 54 e, mormente, 55, da Lei nº 8.666/93, que assim dispõe: *"Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. § 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam. Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - o regime de execução ou a forma de fornecimento; III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;*



7

VIII - os casos de rescisão; IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação."

A Minuta do Edital e seus Anexos, atendem a disposição literal dos arts. 40 e 55 da Lei n.º 8.666/93 e do art. 3º e 4º, III da Lei n.º 10.520/02.

Cumprе ressaltar, entretanto, que caberá a Comissão Permanente de Licitação e a Pregoeira/ Pregoeiro, na forma legal, observar, rigorosamente, os termos da Lei n.º 10.520/2002, as regras do Edital e subsidiariamente da Lei n.º 8.666/93, dentre outras normas, na condução dos trabalhos, sobretudo a observância intransigente dos princípios licitatórios prescritos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93 (legalidade, impessoalidade, moralidade administrativa, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo) e aos princípios que norteiam o Pregão Presencial (celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas).

IV. DA CONCLUSÃO:

Ante o exposto, aprovo a minuta do Edital e de seus anexos referente ao Pregão Presencial n.º 106/2019, decorrente do Processo Administrativo protocolado sob o n.º 2019030191, visando à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, aparelhos eletroeletrônicos e mobiliários administrativos, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, em atendimento a demanda da Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde de Catalão - GO.



É o parecer S.M.J. sob censura.

Catalão (GO), 10 de setembro de 2.019.


MERIELE NICKHORN
ASSESSORA JURÍDICA
OAB/GO N.º 42.243